

Unidade Temática: Totalitarismos e conflitos mundiais.

Objeto do Conhecimento: O colonialismo na África; As guerras mundiais, a crise do colonialismo e o advento dos nacionalismos africanos e asiáticos.

Habilidades do Currículo Paulista: (EF09HI14) Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.

ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS

- Assistir a videoaula com atenção;

- Realizar uma leitura atenta das páginas 168 a 179 do livro didático (ou esse material, para quem estiver sem o livro);

- Copiar e responder, no caderno, as seguintes questões:

1. O que foi o movimento **negritude**?
2. Cite exemplos de acontecimentos que fortaleceram a identidade africana após o fim da Segunda Guerra Mundial:
3. Em um dicionário ou em sites da internet pesquise o significado dos termos: **colonialismo, descolonização e pan-africanismo**:
4. Por que o colonialismo europeu na África entrou em crise após 1945?
5. Qual a importância da independência de Gana no processo de descolonização da África?
6. Compare os mapas das páginas 169 e 170 e responda quais mudanças você percebe entre eles:
7. O que foi a Conferência de Bandung?
8. Como foi a independência do Marrocos e da Tunísia?
9. Desenhe a tabela abaixo em seu caderno e preencha com as informações necessárias, conforme o exemplo: (alunos com acesso a impressora, podem imprimir e colar)

País:	Colonizador:	Ano de Independência:	Descreva resumidamente o processo de independência:	Como acabou o processo:
Argélia	França	1962	A França não queria abrir mão da Argélia, sobretudo pela presença de 1 milhão de pieds-noirs, colonos franceses que detinham as terras férteis. Esses não queriam a separação. Em 1954, um grupo de argelinos fundou a FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL e iniciou uma luta armada pela libertação.	Após 8 anos de confrontos, a França assinou o acordo de Evian, que estabeleceu o cessar fogo e marcou um referendo popular. Com 99,7% dos votos, os argelinos decidiram por constituir um país independente.
Congo				

Ruanda				
Burundi				
Angola				
Moçambique				
Índia				
Indonésia				
Timor Leste				

*****Não se esqueçam de enviar as fotos das atividades para o seu professor!!! 9º A e B - Prof. Luciana
9º C e D - Prof. José Aparecido!!**

Movimentos de identidade africana

Trinitino: natural ou habitante de Trinidad e Tobago, país localizado no Caribe, na América Central.

Material Digital Audiovisual
• Áudio: O pan-africanismo de Marcus Garvey

Orientações para o professor acompanharem o Material Digital Audiovisual

Os primeiros movimentos de afirmação da identidade africana datam do fim do século XIX. Em 1897, o advogado **trinitino** Henry Sylvester-Williams fundou a Associação Africana, responsável por organizar em Londres, três anos depois, a **Primeira Conferência Pan-Africana**. Os participantes desse encontro produziram o documento *Comunicado às nações do mundo*, no qual conclamavam os líderes europeus a lutar contra o racismo e a garantir a soberania das colônias na África.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o movimento Pan-Africano se fortaleceu, estimulando o diálogo entre intelectuais negros, como o professor estadunidense Burghardt du Bois e o deputado senegalês Blaise Diagne. Juntos, eles organizaram em Paris, em 1919, o **Primeiro Congresso Pan-Africano**. O congresso defendeu a emancipação gradual das colônias e a ampliação dos direitos civis dos negros estadunidenses e conclamou os descendentes de africanos a retornarem à África.

Em 1934, também em Paris, os poetas Aimé Césaire (nascido na Martinica) e Léopold Sédar Senghor (originário do Senegal) lançaram as bases de um movimento literário e político que procurava resgatar e revalorizar as raízes africanas, que haviam se dispersado em virtude de séculos de escravidão e imposição dos valores ocidentais. O movimento, que recebeu o nome de **negritude**, buscava despertar nos negros a consciência de uma identidade comum e reconstruir o orgulho africano.

Assim, por meio da negritude e dos ideais de união dos povos africanos, o sistema colonial na África passou a ser cada vez mais contestado.



História em construção

Muitas Áfricas

Posteriormente, Aimé Césaire reconheceu que a negritude tinha um grande equívoco: o de tentar apagar as múltiplas identidades que configuram os povos negros africanos ou de origem africana em nome de uma África idealizada, uniforme e impessoal. O continente africano, ao contrário do que a negritude parecia mostrar, é constituído de um mosaico de etnias e culturas; no continente há diversas identidades, as quais não necessariamente se associam umas com as outras, nem compartilham os mesmos valores ou sentimento de unidade.

DAVE STAMBOULIS/ALAMY/PHOTARENA



Questão

Responda em seu caderno

- De que forma essa imagem se aproxima e ao mesmo tempo se distancia dos ideais pregados pelo movimento da negritude?

Mulheres *hamer* dançam em cerimônia tradicional de seu povo. Etiópia, 2014.

A crise do colonialismo na África

Nas colônias europeias da África, a década de 1930 foi marcada pelo surgimento de uma elite ocidentalizada, ou seja, que tinha sido educada em escolas e universidades da Europa ou dos Estados Unidos ou em instituições africanas organizadas segundo os currículos e os padrões europeus.

Ainda que existissem diferenças significativas entre essas elites, é possível classificá-las de duas formas. De um lado, encontravam-se pessoas educadas no padrão europeu que se afastaram das tradições e organizações políticas de seus antepassados, alinhando seus interesses com os da metrópole. Por outro lado, setores dessa mesma elite, embora minoritários, passaram a denunciar a violência da colonização e a exigir a imediata e completa independência das colônias africanas.

Além dos protestos e das mobilizações internas, a Segunda Guerra Mundial abalou seriamente a dominação colonial. Os povos colonizados, muitas vezes empregados para compor as fileiras dos exércitos aliados na guerra, manifestaram o desejo de desfazer os laços que os uniam a uma Europa arruinada.

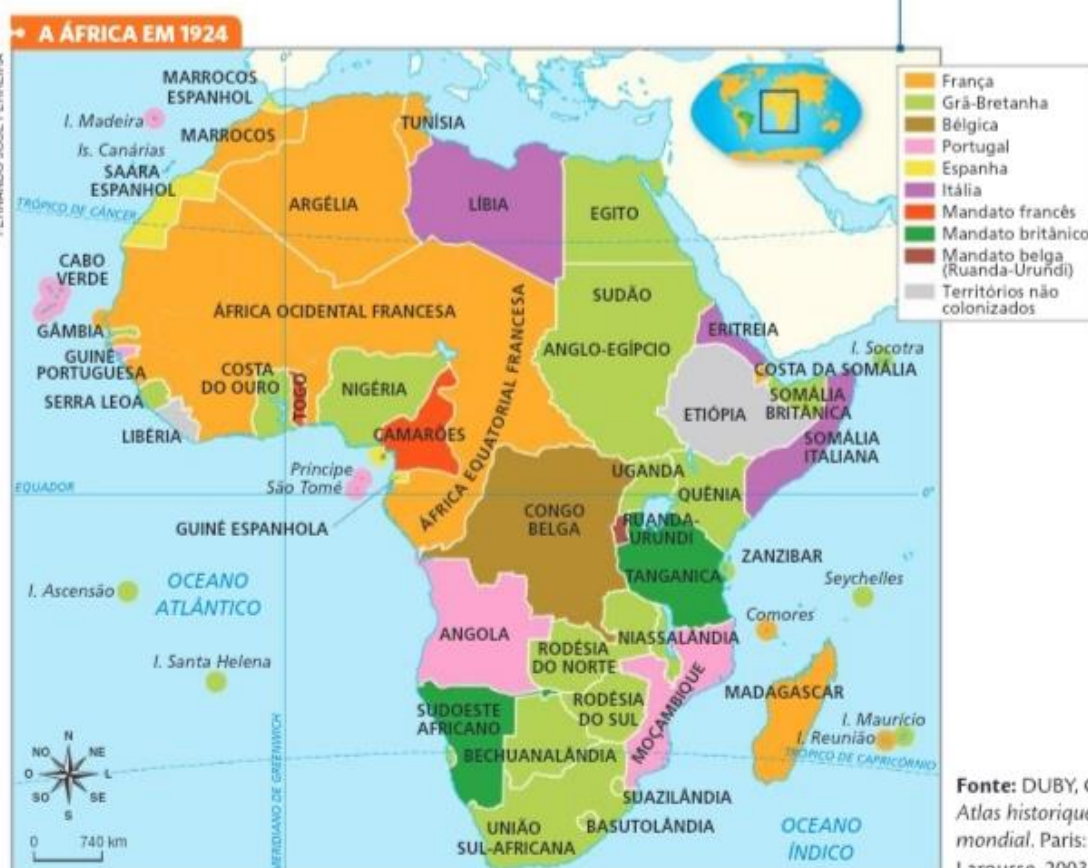
Com o fim da Segunda Guerra e o advento da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética viram uma oportunidade para conquistar novas áreas de influência, apoiando as lutas anticoloniais na África. Esses fatores, somados ao crescimento dos movimentos nacionalistas africanos, culminaram na luta efetiva das colônias pela independência.

Explore

Responda em
seu caderno

- Quais eram os Estados europeus com maior território colonial na África?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Fonte: DUBY, Georges.
*Atlas historique
mondial*. Paris:
Larousse, 2003. p. 219.

1960: o Ano da África

A conquista da independência de Gana, em 1957, representou um marco na emancipação das colônias africanas. O movimento pela libertação da Costa do Ouro (como antes se chamava) da dominação britânica contou com a liderança de Kwame Nkrumah, um dos principais representantes do movimento pan-africano e defensor da unidade política e territorial africana após as independências.

Depois da conquista da soberania de Gana, Nkrumah dedicou-se a organizar encontros dos novos países independentes na África. O resultado desse esforço foi a primeira **Conferência dos Estados Africanos Independentes**, sediada em Gana, em 1958. Nessa ocasião, Nkrumah declarou que a independência de Gana só faria sentido com a libertação completa dos povos colonizados no continente. Os delegados presentes nesse encontro aprovaram um conjunto de resoluções que tinham como centro o apoio aos movimentos de libertação em toda a África, a criação de estratégias para garantir o não alinhamento dos novos Estados às potências rivais na Guerra Fria e a formação de uma frente para garantir uma intervenção unificada na ONU.

As ações políticas dos povos africanos, conduzidas pelas elites intelectuais nativas, foram essenciais para a série de independências proclamadas em 1960, data que passou a ser conhecida como o **Ano da África**. Outras conferências reunindo os novos Estados africanos continuaram sendo

realizadas. A mais memorável delas ocorreu em Adis Abeba, na Etiópia, em 1963. Entre outras resoluções, os delegados presentes votaram a ruptura das relações com a África do Sul, então sob o regime racista do *apartheid*, a luta pela adoção de sanções econômicas internacionais contra o país sul-africano e a criação da **Organização da Unidade Africana (OUA)**.

Depois do grupo de dezesseis países que se tornaram independentes em 1960, outro grupo de países, impulsionados pelos movimentos de independência e pelo pan-africanismo, conquistou autonomia. Ao passar a onda emancipacionista dos anos 1960-1964, menos de dez colônias europeias se mantinham no continente, a maior parte delas portuguesas.

A África do Sul e o *apartheid* serão estudados no capítulo 12.

Explore

Responda em seu caderno

- Compare este mapa com o da página anterior, identifique quais países eram os domínios coloniais portugueses e o período no qual conquistaram sua independência política.



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 219.

Independências no norte da África

Após a Segunda Guerra Mundial, nos protetorados franceses do Marrocos e da Tunísia, ações guerrilheiras se multiplicaram em prol da independência. Em resposta, a metrópole decretou estado de emergência e aplicou a **lei marcial**, banindo ou prendendo os rebeldes. Essas ações, no entanto, incitaram ainda mais as forças nacionalistas.

Os dirigentes das lutas de independência, temendo o perigo que a explosão da guerrilha poderia representar para a estabilidade política dessas regiões, optaram por negociar com a França para obter a independência. Em 1956, Marrocos e Tunísia conseguiram o reconhecimento de suas independências.

A luta na Argélia

A situação na Argélia, porém, foi totalmente diferente. As autoridades francesas consideravam a região parte inseparável do território francês, sobretudo pela presença de cerca de 1 milhão de colonos franceses, chamados *pieds-noirs* (pés negros), que detinham a maioria das terras férteis. As manifestações realizadas por argelinos, que ocorriam no território desde 1945, eram reprimidas com violência pelo exército francês.

Os *pieds-noirs* também se manifestavam, porém, contra a separação. Em 1954, um grupo de argelinos fundou a **Frente de Libertação Nacional (FLN)** e iniciou nas áreas rurais a luta armada contra o colonizador. Aos poucos, a população das cidades começou a participar das ações e, por volta de 1960, a FLN já reunia cerca de 130 mil combatentes.

Após anos de confrontos, a França assinou, em 1962, o **Acordo de Evian**, que estabeleceu o cessar-fogo e marcou um referendo popular para decidir o futuro da Argélia. Realizado em 1º de julho do mesmo ano, o referendo revelou, com 99,7% dos votos, o desejo dos argelinos de constituir um país independente.

Saiba mais

A Conferência de Bandung

Os países da Ásia e da África recém-libertados do domínio colonial precisavam obter o reconhecimento internacional como Estados soberanos. Para isso, 29 representantes de países africanos e asiáticos se reuniram na **Conferência de Bandung**, na Indonésia, entre 18 e 24 de abril de 1955. Os participantes da conferência repudiaram o colonialismo, encorajaram os povos ainda colonizados a lutar pela sua emancipação e condenaram qualquer forma de racismo.

Reprodução proibida. Art. 184 da Constituição e Lei 9.810 de 13 de fevereiro de 1998.



Lei marcial: suspensão, geralmente temporária e em caráter excepcional, da legislação e do governo civis, que são substituídos por leis e autoridades militares.

Argelinos comemoram o resultado do referendo a favor da independência da Argélia, em 1962.

Saiba mais

A Associação dos Bakongo (Abako)

Fundada em 1950, a Abako surgiu como uma associação cultural com o objetivo de resguardar a língua e defender os interesses das populações pertencentes à etnia Kongo. Esse grande grupo étnico era formado por uma variedade de subgrupos como os Vili, os Woyo, os Solongo, os Bembe, os Sundi e os Yombe. Dessa maneira, a atuação da Abako abrangia interesses e ideologias bem diversos. Em 1957, a associação passou a exercer atividades político partidárias, defendendo o fim do regime colonial e da discriminação racial e uma independência que garantisse privilégios aos congoleses.

O caso do Congo

No Congo Belga, havia uma grande desigualdade social entre os congoleses e os europeus que lá viviam. Os nativos sempre se encontravam marginalizados pelo sistema colonial, submetidos à discriminação, à violência das autoridades e aos baixíssimos salários.

Apesar disso, o crescimento econômico do Congo Belga e as missões católicas que se dedicaram ao ensino e à caridade contribuíram para o surgimento de uma pequena elite de letrados negros. Esses jovens começaram a fundar associações, como a **Associação dos Antigos Alunos dos Padres de Scheut** (Adapes), que posteriormente seriam essenciais para o surgimento de movimentos pela emancipação do Congo.

As primeiras agitações pela independência na região ocorreram em 1944 em diferentes cidades, mas foram violentamente reprimidas pelo governo. Depois desses acontecimentos, a Bélgica tolerou a formação de associações culturais étnicas, como a **Associação dos Bakongo** (Abako). Em meados dos anos 1950, porém, a divisão interna entre os colonizadores e a publicação de um plano que propunha a emancipação do Congo em 30 anos contribuíram para a desestabilização do regime belga e a radicalização dos congoleses.

Para evitar uma guerra, o governo organizou eleições municipais em 1957, circunscrevendo-as aos bairros congoleses e, assim, permitindo o debate político entre eles. Isso, contudo, favoreceu a formação de partidos políticos, que até então eram proibidos. Entre eles, surgiu o **Movimento Nacional Congolês** (MNC), liderado por Patrice Lumumba, que lutou pela autonomia política do Congo e também pela sua independência econômica em relação à Europa.

Em 1959, ocorreram novas revoltas populares pela independência, que foram novamente reprimidas. Porém, pressionado, o governo belga decidiu apressar a emancipação do Congo para 30 de junho de 1960.

Após a independência, o Congo se viu rodeado por um novo conflito entre duas forças políticas: a que girava em torno do primeiro-ministro Patrice Lumumba, que defendia o pan-africanismo e projetos nacionalistas radicais, e a do presidente Joseph Kasavubu, que era a favor de reformas moderadas e regionalistas. Em 1961, Lumumba foi assassinado em um golpe de Estado, com o apoio dos Estados Unidos, e a ditadura foi implantada no país.



Congoleses fazem manifestação em favor da independência do Congo Belga, em Leopoldville, 1960.

A tragédia em Ruanda e no Burundi

Em Ruanda e Burundi, mandato belga sob o nome Ruanda-Urundi, os colonizadores incentivaram os conflitos étnicos históricos entre os *hutus* e os *tutsis*. Esses dois grupos tinham rivalidades desde o século XV, quando os *tutsis* invadiram a região habitada pelos *hutus* e instalaram uma monarquia. Sob domínio belga, os *tutsis* foram colocados em altos cargos políticos, religiosos e administrativos, enquanto a maioria, os *hutus*, ficou marginalizada, submetida a trabalhos excessivos e forçados, à falta de acesso à educação e a pouca representatividade política.

Em meados da década de 1950, influenciada pelos acontecimentos em outras regiões africanas, a elite *tutsi* organizou movimentos pela independência de Ruanda-Urundi, apoiando uma união nacional contra os belgas. Porém, os *hutus* defendiam que a luta pela emancipação deveria ser não apenas contra a Bélgica, mas também contra o monopólio político, econômico, social e cultural dos *tutsis*. Assim, em 1957, os *hutus* publicaram um manifesto apontando as contradições da sociedade ruandesa e, em 1959, derrubaram a monarquia *tutsi*.

Novas eleições foram realizadas em 1960, que deu expressiva vitória aos *hutus*. Em janeiro do ano seguinte, os *hutus* declararam independência, o que foi legitimado nas eleições de setembro, controladas pela ONU. Burundi, separada de Ruanda, conquistou sua emancipação em dezembro daquele mesmo ano.

Após a independência, as tensões entre *hutus* e *tutsis* permaneceram, levando a uma sangrenta e duradoura guerra civil. Em 1990, um grupo *tutsi* refugiado desde 1959 organizou a **Frente Patriótica Ruandesa** (RPF) e invadiu Ruanda. A guerra civil durou até 1993, quando um acordo de paz foi assinado. Porém, no ano seguinte, um avião que levava os presidentes *hutus* de Ruanda e Burundi foi derrubado. Os extremistas *hutus* culpavam a RPF e iniciaram um genocídio contra os *tutsis*, que deixou cerca de 1 milhão de mortos.



Refugiados *tutsis* atravessam a fronteira entre Ruanda e Burundi, em 1994.

Reprodução: postcards. Art. 134 do Código Penal e Lei 38/10 de 15 de fevereiro de 1998.

Recapitulando

Responda em seu caderno

1. Sobre o pan-africanismo, responda.
 - a) Qual é a origem do movimento?
 - b) Quais eram os principais objetivos do Primeiro Congresso Pan-Africano?
2. Que outro movimento ligado à comunidade africana surgiu na década de 1930? Comente suas características.
3. Por que a situação da Europa após a Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, mesmo sendo importantes, não podem ser considerados fatores decisivos para a conquista das independências na África?
4. As independências das colônias africanas nem sempre foram conquistadas por meio da negociação pacífica. Explique essa afirmação.



Amílcar Cabral, secretário-geral e um dos fundadores do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Foto de 1973.

Independências das colônias portuguesas

Como você estudou no capítulo 5, em 1926, estabeleceu-se em Portugal um regime ditatorial inspirado na doutrina fascista italiana. Em continuidade a esse regime, em 1932, António de Oliveira Salazar assumiu o governo português e, no ano seguinte, impôs uma nova Constituição ao país. Assim, teve início em Portugal o Estado Novo, uma das mais longas ditaduras europeias do século XX.

A ONU, a partir de sua criação em 1945, passou a pressionar os países a estabelecer um calendário de emancipação de suas possessões coloniais. No entanto, para evitar a pressão externa, a ditadura salazarista renomeou suas colônias de províncias ultramarinas, procurando mostrar à comunidade internacional que havia um sentimento de unidade nacional entre a metrópole e seus territórios coloniais.

Mesmo com essa medida, surgiram nas colônias diversos movimentos pela independência. Na década de 1960, políticos e intelectuais africanos participaram de diversas conferências internacionais com o objetivo de denunciar a violência da dominação portuguesa em suas colônias. O governo português, porém, recusava-se a negociar a questão.

Nesse contexto, importantes lideranças do movimento pela independência surgiram nas colônias portuguesas na África. A exemplo do que havia ocorrido nas colônias francesas e britânicas, jovens educados em suas respectivas metrópoles entraram em contato com os movimentos da negritude e do pan-africanismo. Ao retornarem a seus locais de origem, passaram a liderar a luta contra o colonialismo. Entre eles destacaram-se o angolano Agostinho Neto, o moçambicano Marcelino dos Santos e o cabo-verdiano Amílcar Cabral. Leia, a seguir, um texto escrito por este último:

Explore

Responda em seu caderno

- Segundo Amílcar Cabral, o que a libertação da África em relação ao colonialismo europeu representaria?

“Nós somos homens como todos os outros. [...] Nós somos africanos, não inventamos muitas coisas, [...] não temos grandes fábricas, [...] mas temos os nossos próprios corações, as nossas próprias cabeças, a nossa própria história. É essa história que os colonialistas nos tiraram. Os colonialistas costumam dizer que foram eles que nos trouxeram para a história; hoje nós mostramos que não é assim. Fizeram-nos deixar a nossa história, para os seguir, precisamente atrás, seguir o progresso da história. Hoje ao pegar em armas para nos libertarmos, ao seguir o exemplo de outros povos que pegaram em armas para se libertarem, nós queremos regressar para a nossa história, com os nossos próprios pés, pelos nossos próprios meios e através dos nossos sacrifícios.”

CABRAL, Amílcar. In: FRANCO, Paulo F. C. *Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2009. p. 132.

A Revolução dos Cravos e o fim do Império Português

Em 1961, com o apoio dos novos Estados africanos constituídos no continente, iniciou-se a luta armada em Angola, seguida da luta na Guiné Portuguesa, em 1963, e em Moçambique, em 1964. Essa situação agravou a crise do regime salazarista, e Portugal ficou cada vez mais isolado.

Em 1968, Salazar, doente, foi afastado do poder e substituído por Marcelo Caetano. O novo governo defendia a concessão de uma "autonomia progressiva" às colônias, admitindo a possibilidade de elas, no futuro, se tornarem Estados independentes.

A posição de Caetano acirrou os debates nas colônias, e a luta armada se fortaleceu. Em resposta, a metrópole aumentou o controle em suas possessões na África e reprimiu com violência as manifestações de estudantes africanos em Portugal. A pressão sofrida pelo país, tanto no interior das colônias quanto em nível internacional, tornou insustentável a manutenção do regime salazarista e dos seus domínios em território africano.

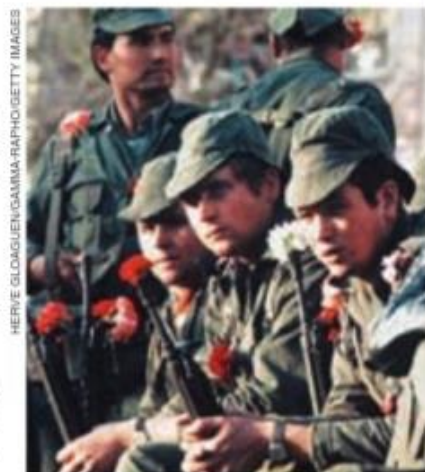
Em 25 de abril de 1974, um grupo de militares derrubou o governo de Marcelo Caetano em um movimento que ficou conhecido como **Revolução dos Cravos**. O novo governo iniciou negociações com as lideranças políticas das colônias, que resultaram na independência das últimas possessões europeias em território africano: Guiné Bissau, em 1974, e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola, em 1975.

A violência em Moçambique

Em Moçambique, a luta pela independência foi liderada pela **Frente de Libertação de Moçambique** (Frelimo), fundada em 1962 sob o comando de Eduardo Chivambo Mondlane. A Frelimo agiu por meio de guerrilhas armadas contra o governo português, que respondeu brutalmente com massacres, torturas, deportações e assassinatos.

A Revolução dos Cravos, porém, contribuiu para enfraquecer o sistema colonial português e fortalecer a Frelimo, que passou a controlar amplos territórios de Moçambique e, em junho de 1975, proclamou a independência do país sob o governo de Samora Machel. Após a libertação, contudo, eclodiu uma guerra civil que opôs a Frelimo à **Resistência Nacional Moçambicana** (Renamo), um movimento anticomunista apoiado pelos Estados Unidos, pela Rodésia e pela África do Sul. O conflito se estendeu até 1992 e deixou um saldo de cerca de 1 milhão de mortos e 1,7 milhão de refugiados.

Soldados portugueses e africanos durante os conflitos pela independência de Moçambique. Foto de 1973.



Soldados celebram a Revolução dos Cravos, na cidade de Lisboa, em 1º de maio de 1974. Para comemorar o fim da ditadura portuguesa, a população saiu às ruas e distribuiu cravos vermelhos aos soldados como forma de agradecimento.





Edifício destruído na província de Huambo durante a guerra civil em Angola. Foto de 2008.

Os longos conflitos em Angola

Em meados da década de 1950, as associações culturais e políticas que reivindicavam a libertação de Angola deram origem a diferentes partidos políticos. Entre eles, estavam a **Frente Nacional de Libertação de Angola** (FNLA), comandada por Holden Roberto, e o **Movimento Popular de Libertação de Angola** (MPLA), liderado por Agostinho Neto. Mais tarde, dissidentes da FNLA fundaram a **União Nacional pela Independência Total de Angola** (Unita), dirigida por Jonas Savimbi.

A FNLA e a Unita tinham uma base étnica e eram formadas por uma pequena burguesia urbana, apesar de estarem implantadas no meio rural. Por ter um programa anticomunista, ambos receberam apoio dos Estados Unidos. Já o MPLA

tinha uma força urbana mais sólida, possuía uma base nacional e defendia reformas de tendência comunista. Assim, recebeu grande apoio de Cuba e da União Soviética.

Entre 1959 e 1960, os acontecimentos pela independência do Congo, onde viviam muitos angolanos exilados, provocaram a eclosão de diversas revoltas em Angola, principalmente em Luanda e Cassange. Porém, elas foram duramente reprimidas pelos portugueses. Para agravar a situação, as divergências entre os diferentes movimentos pela independência de Angola intensificaram-se e provocaram uma guerra civil a partir de 1961.

Em 1975, na capital Luanda, centro de disputa desses grupos, o MPLA saiu vitorioso e formou um governo socialista, enquanto na província de Huambo formou-se um governo dirigido pela FNLA e Unita. Assim, nesse contexto conflituoso, foi declarada a independência de Angola em novembro daquele ano. Em 1976, porém, a ONU reconheceu como legítimo apenas o governo dirigido pelo MPLA. A guerra civil entre o MPLA e a Unita continuou até 2002, quando foi assinado um acordo de paz. O conflito deixou mais de 600 mil refugiados e mais de 500 mil mortos.

Saiba mais

Refugiados angolanos

A saída forçada de africanos para trabalhar como escravos no continente americano entre os séculos XVI e XIX ficou conhecida como **diáspora africana**. Atualmente, o termo tem sido utilizado para se referir ao movimento migratório de africanos que buscam refúgio na Europa e na América, devido aos constantes conflitos internos na África.

Apesar do fim da guerra civil angolana, em 2002, a violação dos direitos humanos da população e os conflitos armados se mantêm. Em busca de melhores condições de vida, muitos angolanos têm migrado para Portugal e Brasil, considerando, principalmente a facilidade do idioma.

Recapitulando

Responda em seu caderno

- Na década de 1930, o governo democrático constituído em Portugal respeitou a resolução da ONU determinando que as nações europeias promovessem a independência de suas possessões na África. Essa afirmação está correta? Por quê?
- O que foi a Revolução dos Cravos? De que modo ela contribuiu para acelerar as independências das colônias portuguesas na África?
- Identifique os principais grupos que lutaram pela independência de Angola e suas características.
- De que modo as guerras civis em Moçambique e Angola, logo após a independência desses países, estavam inseridas no contexto da Guerra Fria?

A descolonização na Ásia

Na Ásia, a dominação colonial europeia também começou a se desmantelar após a Segunda Guerra Mundial. Por meio de conflitos violentos ou negociações pacíficas, as colônias asiáticas foram conquistando suas independências: os britânicos deixaram a Índia (1947), assim como os holandeses saíram da Indonésia (1949) e os franceses da Indochina (1954).

Aos poucos, franceses e britânicos também foram expulsos do Oriente Médio, enquanto os portugueses saíram de Goa (1961), mas levaram a cabo sua dominação em Macau (1999) e no Timor Leste (2002) até o final do século XX e começo do XXI. A seguir, você estudará três casos: as emancipações da Índia, da Indonésia e do Timor Leste.

A revolução pacífica na Índia

Em 1917, o secretário de Estado britânico para assuntos indianos prometeu um governo independente para a Índia. No entanto, o novo estatuto, adotado em 1919, concedia um poder administrativo mínimo aos ministros e conselheiros locais, o que provocou sérias revoltas.

Foi nesse cenário que começou a ganhar destaque **Mahatma Gandhi**, até então defensor da cooperação com a Grã-Bretanha. Gandhi lançou, em agosto de 1920, uma campanha de desobediência civil aos britânicos, promovendo o que se chamou de **resistência pacífica**. Esse movimento defendia a atuação por meios não violentos, como realizar greves, boicotar os produtos ingleses, abandonar hábitos ocidentais e cultivar as tradições culturais indianas (como os trajes e a produção de tecidos em teares tradicionais).

Gandhi também organizou, em 1930, a **Marcha do Sal**, em protesto contra a lei que proibia os indianos de produzir sal. Durante 25 dias, Gandhi, acompanhado de uma multidão, percorreu a pé quatrocentos quilômetros em direção ao litoral. A polícia investiu contra a multidão, que não reagiu à violência das tropas.

Com a Segunda Guerra Mundial, o Império Britânico se enfraqueceu e o **Partido do Congresso** aproveitou para endurecer sua posição ampliando as manifestações e o boicote aos artigos britânicos. Em agosto de 1947, a independência da Índia foi aprovada e o país foi dividido em dois Estados: a Índia, predominantemente hindu, e o Paquistão, de maioria muçulmana.

O Paquistão Oriental tornou-se independente do Paquistão Ocidental em 1971, com o apoio da Índia, e recebeu o nome de Bangladesh (veja o mapa ao lado).

Fonte: CHALIAND, Gérard; RAGEAU, Jean-Pierre. *Atlas politique du XX^e siècle*. Paris: Seuil, 1988, p. 154.

Refletindo sobre

Gandhi é considerado um dos mais importantes líderes do século XX. Suas ideias são retomadas até hoje por movimentos pacifistas do mundo inteiro e sua atuação tem sido um exemplo para aqueles que defendem a não violência como um caminho possível para a luta política. Na sua opinião, os ensinamentos de Gandhi continuam válidos no início do século XXI? Por quê?

Partido do Congresso: fundado em 1885 por uma rica burguesia indiana, que reivindicava a ampliação da autonomia da Índia em relação aos britânicos.



Leitura complementar

Mahatma Gandhi e a não violência

No texto a seguir, Gandhi apresenta sua ideia de não violência por meio da chamada distribuição equitativa.

“A implicação real da distribuição equitativa é que cada homem tenha o necessário para suprir suas necessidades naturais e nada mais. Por exemplo, se um homem tem uma digestão difícil e requer apenas um quarto de uma libra de farinha para fazer seu pão e outro precisa de uma libra, ambos devem estar em condição de satisfazer suas necessidades. Para realizar esse ideal toda a ordem social teve de ser reconstruída. [...]”

O primeiro passo é que aquele que fez desse ideal parte de sua existência realize as mudanças necessárias em sua vida pessoal. Deve reduzir suas demandas a um mínimo, tendo em mente a pobreza da Índia. Seus ganhos devem estar isentos de desonestidade. Deve renunciar ao desejo de especulação. Sua moradia deve ser adequada ao novo modo de vida. [...] Quando fizer tudo o que é possível em sua própria vida, somente então estará em condição de pregar esse ideal entre seus colegas e vizinhos.

Na verdade, na raiz dessa doutrina da distribuição equitativa deve estar o princípio de que os ricos são depositários da riqueza supérflua que possuem. Isso porque, de acordo com a doutrina, eles não podem possuir uma **rupia** a mais do que seus vizinhos. Como isso pode ser realizado? De forma não violenta? Ou deveriam os ricos ser privados de seus bens? Para fazermos isso, teríamos, naturalmente, que recorrer à violência. Essa ação violenta não pode beneficiar a sociedade.

A sociedade ficará mais pobre, pois perderá os dons de um homem que sabe acumular riqueza. Portanto, o caminho não violento é evidentemente superior. Ao homem rico será deixada sua riqueza, da qual usará o razoavelmente necessário para satisfazer suas necessidades pessoais e será o depositário do restante a ser usado para a sociedade. Nesse argumento, pressupõe-se honestidade da parte do depositário. [...]

Contudo, se, apesar do esforço extremo, os ricos não se tornarem guardiões dos pobres, no verdadeiro sentido do termo, e estes forem cada vez mais espezinhados e morrerem de fome, o que se deve fazer? Na tentativa de encontrar uma solução para esse quebra-cabeça, ressaltei a não cooperação não violenta e a desobediência civil como meios corretos e infalíveis. Os ricos não podem acumular riqueza sem a cooperação dos pobres na sociedade. [...] Se esse conhecimento penetrasse e se disseminasse entre os pobres, eles se tornariam fortes e aprenderiam a libertar-se, por meio da não violência, das esmagadoras desigualdades que os conduziram à beira da fome.”

GANDHI, Mahatma. Distribuição equitativa através da não violência, ago. 1940. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-n%C3%A3o-Inseridos-na-Delibera%C3%A7%C3%B5es-da-ONU/mahatma-gandhi-distribuicao-equitativa-atraves-da-nao-violencia.html>>.

Acesso em: 24 maio 2018.

Questões

Responda em seu caderno

1. O que seria a distribuição equitativa, segundo Gandhi? Como ela poderia ser alcançada?
2. Qual seria o papel das pessoas ricas para atingir a distribuição equitativa?
3. De que modo o princípio da não violência se enquadraria nessa teoria de Gandhi?

Rupia: moeda indiana.

A libertação da Indonésia

A Indonésia foi colonizada pelos holandeses a partir do século XVII por meio da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que explorava o lucrativo comércio de especiarias do Oriente. Esse tipo de dominação mercantil durou até o século XIX, quando a Holanda passou a dominar politicamente a região. No início do século XX, intelectuais e comerciantes, com o objetivo de defender os interesses locais contra a metrópole, começaram a delinear um movimento com reivindicações nacionalistas. Em 1927, foi criado o **Partido Nacionalista Indonésio** (PNI), o primeiro a reivindicar abertamente a independência da região.

Nos anos 1930, novos movimentos pela libertação da Indonésia surgiram e formaram, em 1939, a **Federação Política Indonésia** (Gapi). Com a invasão japonesa no arquipélago em 1942, o sentimento nacionalista fortaleceu-se. Em agosto de 1945, aproveitando a derrocada do Japão na Segunda Guerra Mundial, os indonésios, sob a liderança de Mohammed Hatta e Sukarno, declararam a independência da região. Contudo, os holandeses não reconheceram o novo país e entraram em guerra contra os indonésios. Somente em 1949, a Holanda reconheceu a Indonésia como um Estado independente.

O caso do Timor Leste

Em 1859, portugueses e holandeses, que disputavam o controle do comércio de especiarias no Sudeste Asiático, dividiram a Ilha do Timor. A parte leste da ilha ficou sob domínio de Portugal, recebendo o nome de Timor Português, enquanto a parte oeste foi chamada de Timor Ocidental Holandês. Os portugueses exerceram uma autoridade indireta sobre o Timor Leste, aliando-se às elites locais. Em 1960, a Carta das Nações Unidas denominou a região como um território não autônomo administrado por Portugal.

Com a Revolução dos Cravos, em 1974, o governador do Timor formou uma coligação entre a **União Democrática Timorense** (UDT) e a **Frente Revolucionária de Timor Leste Independente** (Fretilin) para discutir os caminhos para a independência da região. Em novembro de 1975, a Fretilin rompeu a coligação e declarou a independência do Timor Leste, mas no mês seguinte o país foi invadido pela Indonésia. O violento conflito durou até 1999, quando foi realizada uma consulta popular que decidiu pela independência do país. Até 2002, a ONU permaneceu no Timor Leste para assegurar a transição para um governo democraticamente eleito.



Jovens agitam a bandeira timorense em comemoração ao 14º aniversário da independência de Timor Leste em Dili, capital do país. Foto de 2016.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Conexão

Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT)

Disponível em: <<http://amrtimor.org/>>. Acesso em: 23 maio 2018.

O site do Arquivo & Museu da Resistência Timorense (AMRT), criado em 2005, disponibiliza para consulta um grande acervo sobre o processo de independência do Timor Leste. Nele, você poderá acessar manifestos, notícias de jornais, fotografias, registros sonoros, entre outros documentos.

Responda
em seu
caderno

Recapitulando

9. Que relação podemos estabelecer entre a independência da Indonésia e a libertação do Timor Leste?